

Territorialidades e espaços urbanos e regionais: “novas” abordagens teóricas

Coordenador: Geraldo Magela Costa – UFMG

Expositores: Bertha K. Becker – UFRJ
Brasilmar Ferreira Nunes – UnB
Flávio Vilça – USP
Roberto Luis de Melo Monte-Mór – CEDEPLAR/UFMG

O momento atual parece exigir a busca de novas abordagens teóricas sobre os processos socioespaciais, especificamente sobre novas territorialidades. A sucessão de paradigmas teóricos observada até então tem levado a avanços, mas também a riscos ou equívocos, uma vez que assiste-se constantemente ao abandono de enfoques com poder explicativo dos processos socioespaciais, muitas vezes considerados como superados. O que se espera como resultado da Sessão Coordenada são reflexões que caminhem na direção de um referencial teórico para se entender os processos socioespaciais recentes, especialmente as novas territorialidades e espaços urbanos e regionais. Algumas questões poderiam contribuir para construir as reflexões: Estariam superadas as propostas marxistas/estruturalistas de análise espacial, a exemplo da economia política da urbanização? Quais seriam as contribuições do enfoque pós-estruturalista para o avanço na produção do conhecimento sobre os processos socioespaciais? Como entrariam neste processo de busca as contribuições da teoria de espaço de Levebvre? Poderíamos considerá-las como um avanço para além das explicações marxistas/estruturalistas (por exemplo de David Harvey) sobre a produção do espaço? Estariam superadas as contribuições de autores como Durkheim, Simmel, Park, Wirth, Hoyt, Von Thünen, Lösch, Chistaller, Perroux, entre outros, para a análise urbana e regional? Como associar a contribuição de teorias já consagradas com as observações atuais sobre as novas formas de estruturação do espaço derivadas dos processos de reestruturação produtiva e de globalização?

Os estudos urbanos e a sociologia

Brasilmar Ferreira Nunes – UnB

A cidade como objeto científico poderia muito bem ser classificada como um “fato social total” na concepção de Marcel Mauss (1999) segundo a qual: “exprimem ao mesmo tempo de uma só vez todas espécies de instituições: religiosas, jurídicas e morais, políticas e familiares ao mesmo tempo; econômicas (produção, circulação, consumo), sem contar os fenômenos estéticos e morfológicos produzidos por tais fatos que manifestam estas instituições”. Desta maneira, estudar cidades é estudar a sociedade da qual elas pertencem. Uma sociedade define-se de duas maneiras: 1) por si mesma, pelo nome, pelas fronteiras, pelos direitos que ela concede sobre si própria e sobre seu solo, por sua coesão própria; qualquer que seja o ângulo de análise que permite aos seus dizer-se nós e chamar os outros: os outros; 2) à representação coletiva correspondente a esta distribuição num determinado

momento e num lugar determinado formando uma sensação muito aguda da comunidade que ela forma. A noção de descendência comum forma o seu mito. Esta definição de sociedade aplica-se com presteza à definição sociológica de cidade. Por outro lado, o objeto da sociologia é o estudo das formas de interação humanas; ao contrario da economia que estuda as relação dos homens com as coisas, ou da filosofia que trabalha a relação dos homens com as idéias a sociologia estuda a relação dos homens entre si. Portanto, neste fato social total que é a cidade tem-se o ambiente privilegiado para se fazer sociologia. O contexto social urbano lugar do estrangeiro, do individuo blasé, anônimo cria formas de sociabilidade que advêm do próprio fato de “estar junto”. Todos que trabalham a cidade procurando decodificar sua lógica de aparecimento, crescimento e evolução estamos permanentemente presos numa ambigüidade que é parte da complexidade do próprio objeto. Nosso intuito é discutir alguns dos possíveis critérios metodológicos para se trabalhar a cidade como fenômeno social.

Flávio Villaça –USP

Nossa contribuição à Sessão Coordenada pretende ser uma reflexão sobre nossos tempos sem macro teorias, sem história e de fim da experiência socialista da antiga União Soviética. Até os anos 70, havia uma farta produção teórica que se baseava nos conceitos fundamentais do materialismo histórico. Atualmente o materialismo histórico anda meio esquecido e desvalorizado, mesmo pela esquerda, e nada foi colocado no seu lugar. A esquerda anda então meio perdida, se não, totalmente perdida. Diante da frágil e atrofiada produção crítica da esquerda, o centro e a direita ganham espaço diante do grande público esclarecido e diante de grande parcela da intelectualidade. Significativa parcela das análises de centro esquerda ou de ex-esquerda, referentes à globalização, por exemplo, são superficiais e ideológicas, no sentido de passarem uma imagem neutra desse processo, desvinculada da história e da expansão do capitalismo. Passam uma imagem de algo não necessariamente mau, e, pior que isso, algo inevitável, contra o que é inútil lutar.

Para uma (re)discussão da urbanização e do espaço social contemporâneos.

Roberto Luis de Melo Monte-Mór – UFMG

A intervenção proposta parte das teorias urbanas para discutir suas relações atuais com a compreensão da organização do espaço, com ênfase no contexto brasileiro. Ressalta duas questões tomadas como centrais para o debate: o caráter extensivo da urbanização contemporânea e a dimensão política que tal extensão tem conferido ao espaço social como um todo. A partir desses pressupostos, busca resgatar a abordagem cultural e ‘ecológica’ da articulação urbano-rural, tal como originalmente apresentada pela vertente teórica norte-americana, e alguns conceitos da vertente neo-marxista, como a importância do consumo coletivo e condições gerais de produção, discutindo sua aplicabilidade à compreensão do espaço brasileiro contemporâneo.

Bertha K. Becker – UFRJ

Centros de convergência dos impactos de reestruturação sócio-produtiva e territorial da nação, ao mesmo tempo em que induzem a própria reestruturação, as metrópoles configuram o confronto entre as vantagens de aglomeração e os problemas da crise social

que bloqueia a economia metropolitana. A gestão desses centros de comando econômico e político constitui um dos maiores desafios do país para a retomada do crescimento econômico com inclusão social e ordenamento territorial. A literatura científica — internacional e nacional — revela importantes avanços teórico-conceituais sobre a urbanização contemporânea destacando-se as seguintes tendências: a) a cidade mundial, também referida como cidades-regiões, correspondendo a emergência de poucos centros de comando e controle na economia globalizada, pólos de redes transnacionais; b) a cidade segmentada decorrente da crescente polarização social, que no Brasil e outros países periféricos assume grande expressão; c) a cidade híbrida onde a fragmentação e reconstrução da vida material e cognitiva em grande parte devido à imigração, gera o colapso das identidades convencionais e a emergência de culturas e espaços híbridos; d) a cidade sustentável, a partir de consciência ambiental; e) a clara dicotomia entre uma economia que se globaliza e uma política crescentemente localizada; f) a importância crescente atribuída à coesão social como força capaz de amenizar as incertezas da globalização. Uma inquietante questão, contudo, é subjacente a esses processos: o significativo crescimento do associativismo e da participação advindo com a redemocratização no Brasil, não conseguiu superar a crise social que persiste e se amplia. Vale registrar que tal processo não se restringe às metrópoles, ocorrente também, por exemplo, na Amazônia brasileira, e indicando a necessidade de novos marcos teórico-conceituais. É essa questão que se pretende investigar com base no neo-institucionalismo econômico. Sua análise se fundamenta nas instituições políticas e econômicas que formam a estrutura de incentivos de uma sociedade, e no tempo, dimensão em que o processo de aprendizagem humana conforma a maneira pela qual se desenvolvem as instituições. As instituições (formais e informais) são as regras do jogo, e as organizações e seus agentes são os jogadores. É a interação entre instituições e organizações que molda a mudança institucional, base do desenvolvimento.